



LIBERDADES, CAPACIDADES E AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO VALE DO RIO PARDO – RS¹

Tanise Dias Freitas
Cidonea Machado Deponti

Resumo: Este artigo insere-se nas discussões mais gerais sobre Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas com base na atuação dos Conselhos Regionais do Rio Grande do Sul. Assim, busca-se tecer uma análise teórico-metodológica entre a abordagem das Capacitações de Amartya Sen a partir do conceito de Liberdades Instrumentais e dos mecanismos adotados pela Política Gaúcha de Desenvolvimento Regional, especificamente no Vale do Rio Pardo – Rio Grande do Sul. Esta política é atualmente executada pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e visa atender as demandas da população da região através do processo de participação, a Consulta Popular e dos repasses financeiros para a execução dos projetos que se estruturam em diferentes dimensões, a saber: sociocultural, ambiental, econômica, institucional e infraestrutura. Nesse sentido, o trabalho pauta-se em metodologia qualitativa com uso da pesquisa documental, considerando os documentos oficiais disponibilizados pelo COREDE – VRP, tais como atas, publicações em seu sítio oficial, bem como a análise de dados secundários sobre os municípios que compõem o VRP. Acredita-se que os projetos elencados como essenciais para o desenvolvimento regional representam a promoção das liberdades instrumentais propostas por Amartya Sen. Ainda, ressalta-se a importância da tomada de decisão quanto à alocação de recursos pela população local, entendendo que são os atores do desenvolvimento aqueles que melhor compreendem as demandas para a política pública local.

Palavras-chave: Liberdades instrumentais. Desenvolvimento Regional. Política Pública. COREDE. Vale do Rio Pardo.

¹ Este trabalho é parte do projeto de pesquisa que conta com auxílio da Fundação Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do edital 04/2018.



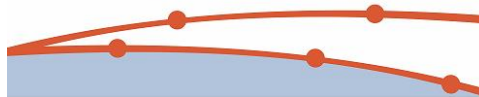
1. Introdução

As concepções sobre “desenvolvimento” alcançaram um novo paradigma no século XXI. Além de riqueza, incluem-se agora elementos relacionados à saúde, à educação, à segurança, ao meio ambiente sustentável. Ainda que os fatores ligados ao campo econômico sejam utilizados para diferenciar os níveis de vida das pessoas ou comparar regiões, os atuais problemas sociais impuseram aos estudiosos do desenvolvimento e aos formuladores de políticas a necessidade de reestruturação de suas bases conceituais e metodológicas. A ideia de desenvolvimento passa a exprimir anseios econômicos e éticos de uma distribuição mais igualitária e sustentável dos bens e benefícios produzidos.

Por outro lado, as abordagens do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração, não raro, orientaram políticas públicas, mas tais políticas trouxeram poucos resultados no que se refere à promoção do desenvolvimento e redução das desigualdades nos seus territórios. No entanto, as políticas públicas seriam mais efetivas ao contribuírem com o processo de desenvolvimento social e regional, não estando submetidas, exclusivamente, às demandas do crescimento econômico ou à busca pelo bem-estar material (ZAMBAM e KUJAWA, 2017).

Nesse sentido, o presente trabalho buscou realizar uma análise das estratégias e projetos elencados como prioritários pela população para a promoção do desenvolvimento regional do Vale do Rio Pardo (VRP), bem como os obstáculos e potencialidades. Essa proposta teórico-metodológica estruturou-se na abordagem do desenvolvimento de Amartya Sen, a partir da ideia de que as possíveis ações para o desenvolvimento, estruturadas conforme o Plano Estratégico da região, permitiram expandir as liberdades dos indivíduos. Ainda, acredita-se que a perspectiva das liberdades dialoga com o conceitual de desenvolvimento regional trazido por autores como Boisier (2000), Becker (2000), Fernández, Amin, Vigil (2008), dentre outros, que entendem o desenvolvimento partindo da própria região, contribuindo para um processo de mudança na dimensão espacial, social e individual.

Com base nesse arcabouço conceitual, objetivou-se compreender a relação entre o modelo de política de desenvolvimento regional executada pelo Conselho Regional de Desenvolvimento do VRP (COREDE-VRP) e a ampliação das liberdades instrumentais da população, como proposta para promoção do desenvolvimento regional. Para tanto, a metodologia utilizada foi qualitativa, a partir das técnicas de análise documental do Plano



Estratégico de Desenvolvimento e dos projetos que compõem as ações dos diferentes comitês setoriais do COREDE, bem como das atas e demais documentos disponíveis no sítio do Conselho.

Assim, o artigo estrutura-se com seis seções a contar desta introdução. A segunda seção traz apontamentos sobre a perspectiva do desenvolvimento na promoção das liberdades e capacidades humanas, com base na abordagem de Amartya Sen. Na sequência, apresentam-se as questões que permeiam o debate sobre desenvolvimento regional. Na seção quatro descreve-se a metodologia; na quinta seção analisam-se as estratégias multidimensionais do desenvolvimento como parte da Política de Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul, tendo como caso específico o Plano Estratégico do COREDE-VRP. Por fim, apresentam-se as considerações deste estudo.

2. Liberdades, Capacidades e Desenvolvimento

A abordagem das capacidades (*capability approach* – CA) foi apresentada pelo economista indiano e Prêmio Nobel em 1998, Amartya K. Sen juntamente com a professora e filósofa norte-americana Martha Nussbaum. A ideia sobre uma perspectiva teórica que considerasse o desenvolvimento de forma ampla surgiu principalmente com a publicação do livro *The Quality of Life* (1996), no qual diversos artigos buscam analisar condições de vida com base em uma ideia de desenvolvimento para além da renda. Nesta obra, os estudos do grupo de pesquisadores como Erik Allardt e Robert Erickson (1996) já demonstravam a necessidade de um arcabouço teórico para o tema com o objetivo de delinear análises multidimensionais.

Em *Desenvolvimento como Liberdade* (2010), Amartya Sen afirma que o desenvolvimento só existe a partir da expansão das liberdades dos indivíduos, as quais são entendidas como necessidades básicas para que as pessoas possam escolher uma vida que desejam. A expansão dessas liberdades constitui os meios e fins do desenvolvimento, e a privação destas se torna um aspecto limitador das escolhas e oportunidades. Para o autor, “a importância intrínseca da liberdade humana em geral, como objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção de liberdades de outros tipos” (SEN, 2010, p.10).

O conceito “liberdade” pode ser dividido em constitutivo (fim do desenvolvimento) e instrumental (meio do desenvolvimento). Sen (2008; 2010) descreve que as liberdades



constitutivas têm relação com a liberdade substantiva, pela qual o desenvolvimento envolve a expansão também de outras liberdades humanas. Já as liberdades instrumentais abarcam o “modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2010, p.57). Por meio destas liberdades é possível perceber diferentes inter-relações, já que um tipo delas pode contribuir para expansão de outras liberdades ao mesmo tempo, o que retira da dimensão financeira a promotora única do desenvolvimento. As cinco principais liberdades instrumentais são:

- a) **Liberdades políticas:** referem-se às liberdades de expressão política e de voto, de escolher diferentes partidos políticos, de escolha informativa, etc. e estão intimamente relacionadas aos direitos civis (em um contexto de democracia).
- b) **Facilidades econômicas:** oportunidades para utilizar recursos econômicos para consumo, produção e troca que depende dos preços relativos e das condições de mercado. Nesta liberdade retrata-se o papel dos financiamentos e o acesso a eles como ponto fundamental sobre o conjunto de bens que podem ser adquiridos – os créditos.
- c) **Oportunidades sociais:** disposições nas áreas de educação, saúde e emprego e que influenciam a liberdade substantiva dos indivíduos de viverem melhor. As oportunidades sociais são importantes na constituição da vida privada, mas também são essenciais para garantir a participação nas atividades econômicas e políticas, bem como o acesso à informação.
- d) **Garantias de transparência:** são retratadas nas relações de confiança que os indivíduos têm tanto em outros indivíduos quanto nas instituições. Quando essa confiança é infringida pode-se afetar diretamente a vida das pessoas de forma negativa. As garantias de transparência seriam inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e das transações ilícitas.
- e) **Segurança protetora:** mesmo que o sistema social e econômico seja vulnerável, algumas pessoas estabelecem uma rede de segurança protetora que inclui aspectos institucionais como benefícios aos desempregados, transferência de renda aos mais necessitados, habitação, saneamento, aposentadorias, etc.

Estas liberdades instrumentais são caracterizadas como um conjunto de alternativas de realização que aumentam as capacidades das pessoas para alcançarem determinados fins e que estão intimamente relacionadas entre si para a promoção do desenvolvimento. A ausência ou limitação de tais liberdades pode estar relacionada diretamente à pobreza



econômica, à carência de serviços e à negação da liberdade política, civil e de participação da vida social. É nesse espaço que Sen cita o papel das instituições como Estado, mercado, mídia, legislação, partidos políticos, grupos de interesses coletivos (dentro outros) que seriam também essenciais para a expansão e garantia das liberdades.

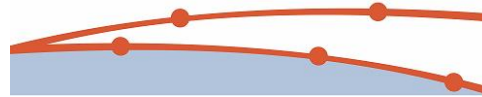
De acordo Zambam e Kujawa (2017, p. 63) “a abordagem de Sen é o referencial adequado para analisar criticamente as políticas sociais empreendidas no Brasil, seja de forma analítica, comparativa ou sobre a evolução em vista da melhoria das condições de vida da população mais carente, do exercício da cidadania (...)”. A partir da teoria seniana, a enfoque das políticas públicas está ancorado na importância dada às pessoas, na necessidade destas terem as condições para o desenvolvimento das capacidades e na condição de agente ativo e não apenas receptor de uma ação das instituições.

Segundo Maurício Mota Saboya Pinheiro, em seu texto de discussão do IPEA (2012), a perspectiva do desenvolvimento como liberdade é multidimensional, o que vai de encontro às perspectivas que concebem o desenvolvimento como crescimento da renda pessoal, da industrialização, do avanço tecnológico, etc. Portanto, “Sen procura mostrar que os distintos aspectos do desenvolvimento humano não covariam todos com a renda (...), nem mesmo se submetem à “métrica” da renda” (IPEA, 2012, p.9). O que o autor indiano aponta, e que estabelece relação com a abordagem do desenvolvimento (regional) aqui utilizada, é que os resultados econômicos – resultantes da eficiência produtiva ou do aumento da renda *per capita* – são uma, dentre outras tantas vertentes do desenvolvimento.

Nesse sentido, acredita-se que a teoria das capacidades seja pertinente ao estudo do Desenvolvimento Regional, uma vez que seu enfoque permite relativizar as condições de vida de diferentes agentes vivendo em um mesmo contexto de privações sociais e/ou oportunidades, sua confiança nas instituições, sua capacidade de transformação da realidade social (DEMO, 1995).

3. Desenvolvimento Regional: perspectiva multidimensional

As aceleradas mudanças tecnológicas e a emergência de novos centros produtores baseados em tecnologias avançadas abriram a corrida para a busca da inovação como mecanismo de desenvolvimento regional. Tais mudanças ensejaram o debate teórico nessa temática a fim de dar suporte às políticas que alavancaram a sociedade. No que tange às políticas de Desenvolvimento Regional, passou-se a dar enfoque ao desenvolvimento “local”



em detrimento de projetos macrorregionais, estaduais ou nacionais, tendo assim a possibilidade de melhoria da situação socioeconômica de determinada região, a qual passaria a ter capacidade competitiva na ordem econômica globalizada.

As políticas de planejamento para desenvolvimento regional/local pautavam-se na racionalidade econômica de mercados (CARGNIN, 2014). Estas abordagens procuraram dar explicações relativas às diferenças de concentração territorial ou produtiva, abarcando a dimensão econômica do desenvolvimento e sob o ponto de vista dos ganhos de mercado. Logo, os indicadores do desenvolvimento regional como expansão da inovação e crescimento econômico não permitiam explicar a realidade da vida das pessoas pertencentes a determinado território.

Mesmo que algumas regiões tenham agregado importantes elementos ao desenvolvimento regional através da organização produtiva e conexão local-global, os territórios dessas dinâmicas econômicas exitosas mostraram-se cada vez mais isolados, o que foi decorrente da capacidade limitada dessas regiões em diversificar suas atividades econômicas (FERNANDEZ, AMIN e VIGIL, 2008).

Frente às limitações das teorias pautadas no crescimento econômico as quais não deram respostas à redução das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento, emerge um conjunto de abordagens sobre desenvolvimento regional a partir dos anos 1980. Ganham destaque as concepções que passam a compreender o desenvolvimento como um processo *bottom-up*, entendendo as regiões como promotoras do seu desenvolvimento (FERNANDEZ, AMIN, VIGIL, 2008). Estas regiões seriam capazes de inovar a partir da cooperação de empresas, instituições de formação e pesquisa, autoridades regionais, universidades entre outros, bem como, pelo estímulo à diversidade nas técnicas e nos produtos, gostos, cultura e políticas possibilitando múltiplos caminhos para o desenvolvimento (DALLABRIDA, 2010).

Conforme Siedenberg (2006, pp. 71-72) o uso da expressão desenvolvimento regional costuma estar associada às mudanças sociais e econômicas que ocorrem num determinado espaço regional. Acrescenta ainda: “é necessário considerar que a abrangência dessas mudanças vai além desses aspectos, estabelecendo uma série de inter-relações com outros elementos e estruturas presentes na região considerada, configurando um complexo sistema de interações e abordagens”. Além disso, o desenvolvimento regional também é associado a um dado estágio ou momento social e



econômico em que uma região encontra-se, cuja medida e quantificação dessa posição pode ser realizada através de distintos indicadores socioeconômicos (SIEDENBERG, 2006).

Para Boisier (2000) o desenvolvimento regional é um processo de mudança estrutural localizado num dado território que necessariamente deve combinar três dimensões de mudança: a espacial, a social e a individual. Tal processo de mudança estaria associado a um constante progresso da região, da comunidade ou da sociedade nela existente. Ou seja,

O “progresso” da região deve se entender como a transformação sistemática do território regional em um sujeito coletivo; o fortalecimento da sociedade civil e a obtenção de uma percepção de pertença regional e o “progresso” de cada indivíduo deve interpretar-se como a remoção de toda a classe de barreiras que impedem a uma pessoa determinada, membro da comunidade em questão e habitante da região, alcançar sua plena realização como pessoa humana (BOISIER, 2000, p. 160).

Nesse sentido, o desenvolvimento regional precisa estar assentado na cultura, na natureza e nos valores ético-ideológicos do território regional. As particularidades e especificidades regionais tornam-se atributos próprios a cada região que precisam ser valorizados enquanto diferenciais e que darão sustentação às dinâmicas de desenvolvimento específicas da região. Portanto, não há como pensar o desenvolvimento regional “sem se considerar as condições sociais, políticas, econômicas, de estruturação e organização das comunidades locais”, o que “só poderá ser alcançado pela participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global” (BECKER, 2000, p. 140).

A dimensão política do desenvolvimento regional é fundamental, na medida em que são as instituições públicas os atores fundamentais desse processo na medida em que são os principais atores no momento da formulação e da execução das políticas de desenvolvimento regional. Ademais, essa dimensão política tem sido reforçada com a necessária participação dos atores econômicos e sociais do território em questão, e seu crescente protagonismo, no processo de legitimação das políticas de desenvolvimento regional (MIGUEL et al., 2013; PÉREZ, 2015). Nesse sentido, Zambam e Kujawa (2017) afirmam que:

As políticas de desenvolvimento orientadas pela valorização, expansão e promoção do capital humano e comprometidas com a dinâmica da democracia precisam estar profundamente integradas e associadas às



políticas sociais que visam corrigir as desigualdades sociais e econômicas, fomentar o exercício dos direitos fundamentais, especificamente o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e aos mecanismos de informação, participação e decisão. Os cidadãos precisam viver e atuar na sociedade na condição de agentes ativos, desenvolvendo as suas capacidades. A criação de reais oportunidades sociais é um referencial seguro e duradouro para este fim, assim como, para a ampliação do alcance das políticas sociais para o aumento da qualidade de vida, especialmente dos mais pobres (ZAMBAM e KUJAWA, 2017, p. 68).

A participação dos atores na criação, na implantação e na avaliação das políticas públicas permite o exercício da condição de agente ativo. A análise das estratégias e dos projetos elencados como prioritários pela população para a promoção do desenvolvimento regional relaciona-se, especialmente, “com a sua capacidade de interferir nas situações concretas em que as pessoas vivem ou para solucionar aqueles problemas que mais ameaçam no período imediato” (ZAMBAM e KUJAWA, 2017, p. 68).

As práticas desenvolvidas pelo modelo de política de desenvolvimento regional executada, por exemplo, por um COREDE poderiam ampliar as liberdades instrumentais da população e contribuir para promoção do desenvolvimento regional. Essa afirmação encontra amparo em Sen (2000, p. 325):

Importa ressaltar também o papel instrumental da expansão de capacidades na geração da mudança social (indo muito além da mudança econômica). De fato, o papel dos seres humanos, mesmo como instrumentos de mudança, pode ir muito além da produção econômica (para a qual normalmente aponta a perspectiva do “capital humano”) e incluir o desenvolvimento social e político.

Logo, o processo de desenvolvimento regional envolve a promoção de um conjunto de ações e políticas públicas que visam à mudança estrutural, à melhoria das condições socioeconômicas da população e a ampliação dos níveis de qualidade de vida, e de atingimento da sustentabilidade econômica, social e ambiental no território regional, através de um sistema de planejamento e de governança que valorize a participação social e a descentralização da decisão política, e que esteja articulado com os demais níveis de governo, tanto na escala municipal quanto nacional (SILVEIRA, 2018).



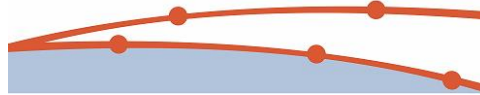
4. Metodologia

Este trabalho pautou-se em uma metodologia qualitativa, uma vez que objetiva tecer uma análise teórico-metodológica entre a abordagem das Capacitações de Amartya a partir do conceito de Liberdades Instrumentais e os mecanismos adotados pela Política Gaúcha. Para tanto, foram utilizadas as técnicas como análise documental, com informações coletadas do Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Rio Pardo, publicado em 2017. Outros documentos utilizados nessa avaliação foram as atas e os informes oficiais sobre os projetos, reuniões, deliberações do Conselho que estão disponíveis no sítio.

Ainda, para fomentar a análise das demandas regionais em relação à abordagem das liberdades para desenvolvimento, foram analisados os dados do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE – para os 23 municípios que compõem o VRP. Esta análise permitiu também compreender as divergências entre os projetos demandados pela consulta popular e as desigualdades dentro da mesma região.

5. Estratégias de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo – análise documental

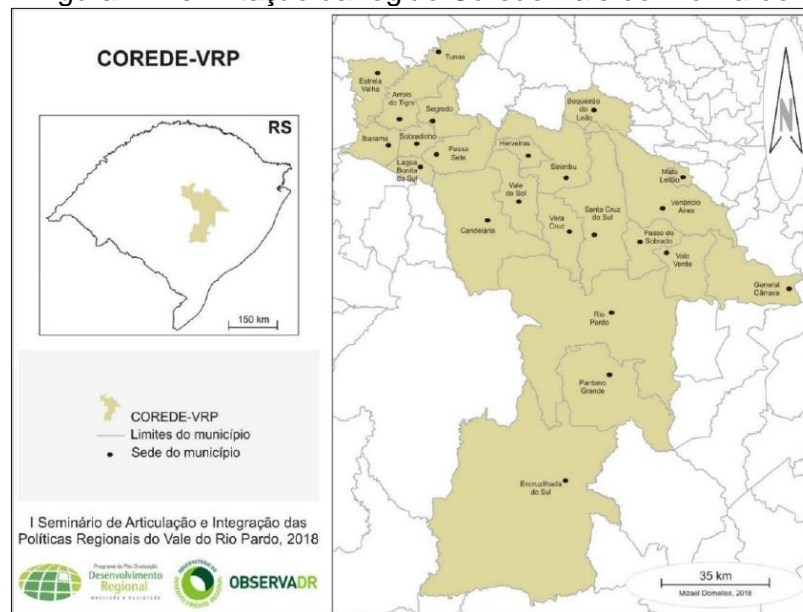
A Política de Desenvolvimento Regional (DR) do Rio Grande do Sul pode ser considerada uma das mais completas, pois está baseada na intervenção multiescalar, definindo as regiões-problema com intuito de reduzir as desigualdades e buscando um equilíbrio para desenvolvimento do Estado. Entre os instrumentos da Política de DR está a atuação dos COREDEs que, junto à Consulta Popular, constituem ferramentas para participação social no planejamento e gestão para o DR. O Estado conta com a estrutura de 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), com ampla experiência de regionalização. Estes conselhos foram constituídos nos anos de 1990 como um modelo de aproximação entre governo executivo e instituições regionais.



5.1. COREDE Vale do Rio Pardo e Condições Socioeconômicas

O COREDE Vale do Rio Pardo foi fundado em 1991, sendo composto atualmente pelos municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Santa Cruz do Sul polariza boa parte dos municípios da Região, que também sofrem influência da Região Metropolitana de Porto Alegre em função de sua proximidade. A figura que segue mostra os municípios pertencentes ao COREDE VRP.

Figura 1: Delimitação da região Corede Vale do Rio Pardo



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Mizaél Dornelles, PED, 2017.

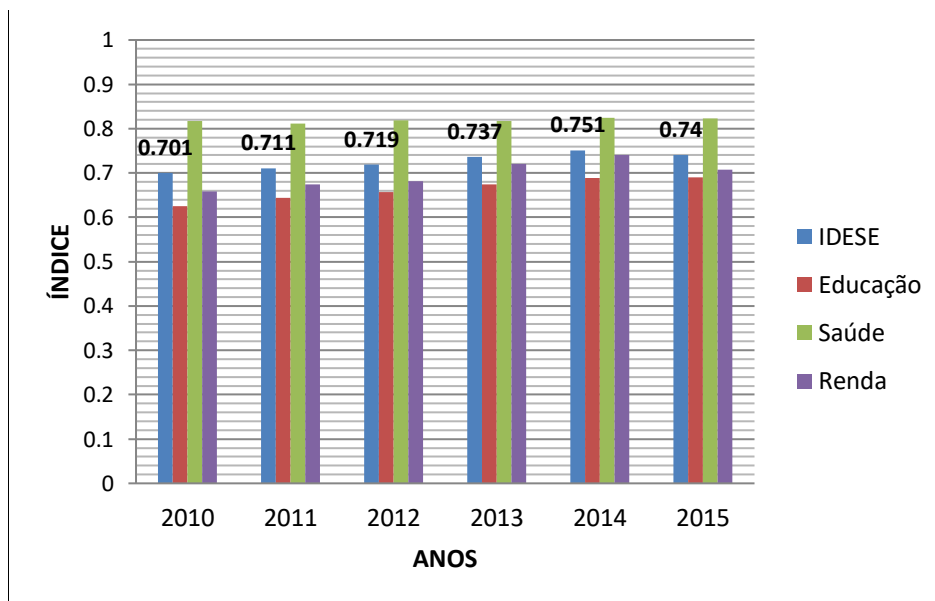
Conforme o convênio celebrado entre Governo do Estado e Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento², foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) do Vale do Rio Pardo 2015-2030 (2017), o qual traz um conjunto de informações nas dimensões demográfica, ambiental, social e cultural, infraestrutura e gestão pública, econômica e institucional. Tais dimensões agregaram indicadores simples e compostos (índices) permitindo uma descrição bastante rica da região.

²Convênio celebrado entre o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), do Estado do Rio Grande do Sul, nº 1636/2015. Elaboração do Plano de Trabalho e das Diretrizes e Referências para a implementação da atualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional.

Ainda, informações apresentadas no relatório “Rumos 2015”³ (2006) e em Carginin (2014) permitiram estratificar os COREDEs em cinco grandes grupos, sendo que o Vale do Rio Pardo compõe o grupo dos “Coredes Emergentes”, caracterizado por apresentar **condições sociais abaixo da média do Estado** do RS (grifo nosso), mas elevado desenvolvimento econômico (acima da média) e potencialidades próximas à média. Isso se manifesta, por exemplo, num quadro de dificuldades em relação aos indicadores sociais diante da presença de indústrias de grande porte, ligadas principalmente à produção e beneficiamento do tabaco na região.

Diferentemente dos indicadores avaliados pelo Relatório Rumos, utiliza-se aqui uma análise do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Corede do Vale do Rio Pardo e dos municípios que o compõem. A figura que segue apresenta a evolução do IDESE para o Corede Vale do Rio Pardo, de 2010 a 2015, e nas diferentes dimensões.

Figura 2: Gráfico da Evolução do IDESE para COREDE VRP e seus indicadores 2010-2015



Fonte: FEE, 2018

Observando os dados do IDESE para o Vale do Rio Pardo pode-se apontar uma pequena evolução de 2010 a 2015, passando de 0,701 para 0,74. De toda forma, percebe-

³RUMOS, 2015: Plano de Desenvolvimento para o Estado do RS elaborado pela Secretaria de Planejamento e Gestão e DEPLAN, o qual aponta estratégias, programas e ações a serem realizadas através do poder público e da iniciativa privada. O Plano deve implementar nos próximos dez anos ações voltadas ao Desenvolvimento do RS. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201601/12104458-rumosvol2-red.pdf>



se que a dimensão educação é a que apresenta os piores índices, sempre abaixo de 0,7, mesmo que tenha crescimento de 2010 a 2015. A dimensão saúde é a que tem os melhores índices, permanecendo constante nos cinco anos analisados e acima de 0,8.

Retomando o conceito de liberdades de Amartya Sen (2008, 2010), de uma forma geral para o Corede Vale do Rio Pardo, as oportunidades sociais estariam limitando o desenvolvimento da região, uma vez que as baixas médias na dimensão educação podem influenciar a liberdade dos indivíduos de ampliarem suas capacidades e conseguirem, por exemplo, melhores empregos – facilidades econômicas. Essa restrição de oportunidades pode ser ajustada, por exemplo, com a ampliação de ações voltadas para a educação, não somente cursos para formação de mão de obra técnica.

No entanto, por ser um índice agregado, pouco se pode entender sobre a diversidade e a desigualdade socioeconômica dos municípios que compõem a região. Para tanto, a tabela 1 demonstra o IDESE e suas diferentes dimensões, destacando em verde os melhores índices e em vermelho os piores.

Tabela 1: IDESE dos Municípios do Corede Vale do Rio Pardo e dimensões em 2015

Unidade Geográfica	Bloco Educação	Bloco Renda	Bloco Saúde	IDESE
Arroio do Tigre	0,699	0,644	0,817	0,720
Boqueirão do Leão	0,637	0,581	0,826	0,681
Candelária	0,533	0,584	0,792	0,636
Encruzilhada do Sul	0,612	0,554	0,790	0,652
Estrela Velha	0,705	0,678	0,846	0,743
General Câmara	0,625	0,592	0,814	0,677
Herveiras	0,662	0,521	0,852	0,678
Ibarama	0,670	0,560	0,875	0,702
Lagoa Bonita do Sul	0,613	0,627	0,829	0,690
Mato Leitão	0,769	0,675	0,859	0,768
Pantano Grande	0,637	0,599	0,772	0,669
Passa Sete	0,647	0,418	0,829	0,631
Passo do Sobrado	0,663	0,640	0,799	0,701
Rio Pardo	0,656	0,589	0,766	0,670
Santa Cruz do Sul	0,752	0,835	0,840	0,809
Segredo	0,679	0,526	0,826	0,677
Sinimbu	0,594	0,583	0,876	0,684
Sobradinho	0,727	0,617	0,816	0,720
Tunas	0,684	0,557	0,836	0,692
Vale Verde	0,633	0,540	0,770	0,648
Vale do Sol	0,579	0,466	0,834	0,626
Venâncio Aires	0,690	0,738	0,846	0,758
Vera Cruz	0,728	0,644	0,816	0,729

Fonte: FEE, 2018.



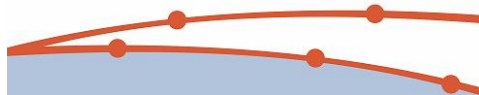
Analisando os municípios do Vale do Rio Pardo, Santa Cruz do Sul apresenta o melhor IDESE, 0,809 e os melhores índices nas dimensões educação e renda, e o segundo melhor em saúde. O município com pior IDESE é Vale do Sol, com 0,626. A dimensão saúde possui os melhores índices, tendo destaque Sinimbu e Ibarama. Na dimensão educação, Candelária tem o pior índice, 0,533, seguido de Vale do Sol, 0,579; ambos os municípios são vizinhos.

Já na dimensão renda, Passa Sete e Vale do Sol possuem os piores índices; por outro lado, Santa Cruz e Venâncio Aires apresentam os melhores valores, justamente por serem os municípios mais urbanizados e que concentram o polo agroindustrial do tabaco, bem como elevada produção agrícola desta cultura. Cargnin (2014) aponta que Santa Cruz do Sul polariza boa parte dos municípios deste Corede, os quais também sofrem influência da região Metropolitana de Porto Alegre. A constituição do eixo de desenvolvimento POA – SCS é decorrente dessa agroindústria, bem como da localização próxima da região metropolitana.

A abordagem teórica do desenvolvimento regional utilizada neste trabalho remete a um desenvolvimento multidimensional e não pautado no crescimento econômico. Com base nos dados do IDESE para os 23 municípios do Vale do Rio Pardo, pode-se observar mais detalhadamente as desigualdades de “oportunidades sociais” e “facilidades econômicas” (SEN, 2010) no território.

Essas desigualdades refletiram-se também na elaboração do Plano Estratégico do COREDE VRP, e pode ser observado através da matriz FOFA, a qual ressaltou as potencialidades, ameaças, fraquezas e fortalezas da região. No caso do Corede VRP foram elaboradas 2 matrizes, uma no município de Sobradinho, representando as demandas da microrregião norte e outra em Santa Cruz do Sul pela microrregião sul. Importa lembrar que a constituição dessas matrizes foi decorrente de seminários nas microrregionais, com a participação da sociedade civil, instituições públicas, privadas e demais interessados (PED, 2017). Ainda com base no PED, na fase de elaboração da matriz FOFA do Vale do Rio Pardo, tem-se que:

A equipe técnica optou por não diferenciar, na elaboração da Matriz FOFA, as seis dimensões de análise apresentadas no diagnóstico (histórica, institucional, sociocultural, econômica, infraestrutura e ambiental), considerando que há fortes interações e entrecruzamentos entre esses conteúdos, sobretudo quando se busca apontar para problemas e



potencialidades regionais. Além disso, a construção de FOFA setoriais ou temáticas poderia promover a fragmentação e mesmo eventuais repetições no processo de análise e de planejamento regional (PED, 2017, p.200).

Essa escolha da equipe técnica que elaborou a matriz reflete justamente a ideia de desenvolvimento regional para além do setorial. De acordo com Becker (2000), as diferentes dimensões (sociais, políticas, econômicas, estrutural, ambiental, etc.) juntamente com a participação social permitiriam então pensar o desenvolvimento como uma construção regional, diante das fortalezas e oportunidades do local. Retomando Amartya Sen (2008; 2010), na análise do desenvolvimento como expansão das capacidades humanas de uma determinada região, não pode ficar restrita ao campo econômico, da renda e da produção, mas deve abarcar todas as liberdades de forma interligada. O quadro 1 aponta os fatores de origem externa que são entendidos como oportunidades e como ameaças.

Quadro 1: Matriz FOFA Regional do Vale do Rio Pardo: Oportunidades e Ameaças

FATORES DE ORIGEM EXTERNA	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Turismo em todos os segmentos; - Mercado consumidor de alimentos; - Oferta de Cursos Técnicos Profissionais focados nas vantagens da economia local; - Expansão da oferta de ensino superior; - Fortalecimento e resgate da língua alemã; - Atrair investimento externo e agregação de valor (agroindústrias); - Diversificação da cadeia produtiva; - Criação de agroindústrias; produção de alimentos, cooperativas e associações; - Novos mercados para a agricultura familiar (políticas federais para valorizar a Agricultura Familiar); - Melhor divisão dos recursos (25% municípios, 25% estado, 50% União); - Investimento em tecnologias de segurança (vídeo monitoramento, GPS, sistema de banco de dados); - Modais alternativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instabilidade política; - Impostos (Pacto Federativo); - Legislação (tributária, sanitária, ambiental, previdenciária); - Fiscalização Federal-Estadual (ausência); - Falta ou dificuldade organizacional das estruturas administrativas do estado; - Caminhões de empresas que vêm de fora (CEASA e Paraná) vender e não pagam impostos; - Insuficiência no abastecimento de energia elétrica; - Falta de investimentos na qualidade e na infraestrutura da rede elétrica; - Baixa qualidade no acesso à telefonia e à internet; - Favelização do interior (ocupação do espaço). - Aumento da demanda por segurança pública sem recursos para ampliar o efetivo; - Desaparelhamento e falha de manutenção dos equipamentos dos bombeiros; - Falta de cursos técnicos; - Infraestrutura das escolas (campo e cidade); - Atrasos ou ausência dos repasses do setor público para manter os hospitais da região; - Falta de Conservação/Investimento da Malha Viária (BRs, RSs e estradas); - Envelhecimento da população rural; - Êxodo Rural; - Risco à cadeia produtiva do Tabaco (monocultura); - Descontinuidade das políticas públicas para a agricultura familiar);

Fonte: Adaptado do Plano Estratégico de Desenvolvimento – Corede VRP (2017).



Dentre as oportunidades apontadas nos seminários, tem-se o turismo como uma atividade que poderia fomentar tanto o crescimento econômico da região, como também fomentar o resgate da vertente cultural alemã, seja ela linguística, gastronômica, arquitetônica, etc, que também foi destacada como uma oportunidade. Ainda, destaca-se que o VRP, por sua localização geográfica, pode ser uma região estratégica para escoamento de diferentes culturas agrícolas, mas, ao tempo, depende majoritariamente da monocultura do tabaco.

No setor econômico e político/institucional encontram-se as principais ameaças, como a descontinuidade de políticas públicas para agricultura familiar, associada a questões fiscais e tributárias que são vistas como obstáculos econômicos e institucionais ao desenvolvimento da região. Outro ponto problemático do Vale do Rio Pardo está ligado aos serviços de infraestrutura da região, como insuficiência no abastecimento de energia elétrica, dificuldade no acesso à internet, principalmente no meio rural, bem como a ocupação desordenada da zona urbana, especialmente nas cidades maiores na região, a saber, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires.

Retomando as abordagens teóricas, pode-se entender que a participação política, a confiança nas instituições e nas estruturas organizacionais encontra-se fragilizada na relação com o Estado. De acordo com Sen (2008; 2010), Miguel et al. (2013), Pérez (2015), a dimensão político-institucional é essencial na promoção do desenvolvimento a partir das liberdades, pois ela permite o estabelecimento do capital social, do fortalecimento dos laços sociais e institucionais. Analisando a matriz com base em Sen (2010), pode-se afirmar que as garantias de transparência e liberdades políticas estariam comprometidas.

Quadro 2: Matriz FOFA Regional do Vale do Rio Pardo: Forças e Fraquezas

FATORES DE ORIGEM EXTERNA	
Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> - Organização e características da agricultura familiar; - Capacidade produtiva; - Produção de alimentos (diversificação); - Disponibilidade de mão de obra/ Material Humano; - Empresas prestadoras de serviços especializados (contabilidade, advocacia); - Festas, feiras e eventos municipais; - Variedade de etnias; - Patrimônio cultural, histórico, 	<ul style="list-style-type: none"> - Dependência do Tabaco; - Individualismo (opção: cooperativismo); - Falta de organização dos agricultores; - Assistência técnica por produtor rural; - Qualificação e gestão da propriedade; - Inspeção sanitária; - Esvaziamento do campo (baixa renda); - Falta de oportunidades no campo; - Falta de desenvolvimento tecnológico e produtivo; - Espírito empreendedor "adormecido"; - Falta de políticas públicas que estimulem o



<p>gastronômico, arquitetônico e artístico;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Características fundiárias; - Recursos naturais; - Organização Social; - Capacidade de mobilização e articulação das entidades no território; - Consórcio Intermunicipal; - Logística; - APLs; - Instituição de Ensino (escolas, faculdades e universidades, escolas técnicas e profissionalizantes); - Unisc-Parque Tecnológico; - Disponibilidade de atendimento em grande parte da saúde; - Trabalho dos bombeiros voluntários; 	<p>empreendedorismo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qualificação da mão de obra insuficiente por ausência de ensino profissional; - Índice de analfabetismo elevado; - Fechamento de escolas no campo; - Distorção idade-série (ano); - Dados estatísticos não atualizados; - Número limitado de leitos hospitalares e poucos especialistas (estrutura de Saúde); - Baixa confiabilidade dos exames clínicos para diagnósticos; - Deficiência no abastecimento de água e de reservas hídricas; - Energia elétrica; - Comunicação (internet/telefone); - Falta de sinalização viária e turística; - Baixa participação das lideranças políticas nos debates regionais; - Pouca participação das mulheres nos espaços institucionais;
---	---

Fonte: Adaptado do Plano Estratégico de Desenvolvimento – Corede VRP (2017).

Com base nos dados da Matriz FOFA, as “forças” que sustentariam estratégias de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo pautam-se nas facilidades econômicas (SEN, 2010), principalmente no setor da agricultura e serviços, na diversidade do patrimônio histórico e cultural da região (o que também havia sido apontado como oportunidade na matriz anterior). Outro ponto destacado como “força” são as diferentes organizações sociais existentes na região, como consórcios, APLs e a capacidade de mobilização e articulação das entidades.

Nesse aspecto, observa-se que ao mesmo tempo em que a relação com as esferas do Estado são fraquezas, a organização endógena é entendida como uma fortaleza, o que seria extremamente importante na organização e institucionalização de políticas e projetos *bottom-up*, ou, conforme FERNANDEZ, AMIN, VIGIL (2008) que entendam as regiões como promotoras do seu desenvolvimento. Essas instituições de gestão e organização regional permitem um processo de desenvolvimento com base nas próprias características e possibilita a “garantia de transparência” (SEN, 2010), o que não acontece com os órgãos do Estado.

Assim como na matriz oportunidades-ameaças, a questão da dependência da monocultura do tabaco e os problemas advindos do meio rural, tais como êxodo, baixa renda, individualismo dos produtores são entendidos como pontos fracos da região. Nota-se que nesse caso, retomando a organização social como “fortalezas”, seria importante fomentarem ações que pautassem no empreendedorismo ou na organização de



cooperativas de agricultores, com base na produção de outras culturas que não o tabaco, o que já aconteceu em anos anteriores com apoio ao APL de Produção de Alimentos e Agricultura Familiar.

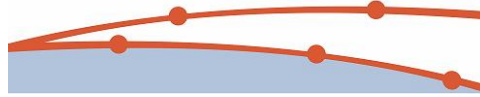
A educação aparece mais uma vez como uma das fraquezas da região, o que corrobora com os dados do IDESE nesta dimensão para os 23 municípios do VRP. O aspecto divergente nessa dimensão é decorrente no tipo de ensino visto como fraqueza: ensino técnico para formação de mão de obra. Para Sen (2010, p.373) “Se a educação torna uma pessoa mais eficiente na produção de mercadorias, temos então claramente um aumento do capital humano (...) mas uma pessoa pode beneficiar-se da educação ao ler, comunicar-se, argumentar, ter condições de escolher estando bem informada, (...)”. Ou seja, os benefícios advindos das ações em educação poderiam ampliar o capital humano no Vale do Rio Pardo, mas também permitiriam que as pessoas tivessem a oportunidade de realizar outros funcionamentos (SEN, 2010).

5.2. Projetos Estratégicos, Consulta Popular e Liberdades instrumentais

Na elaboração do PED foi estruturado um sistema de gestão com objetivo de fomentar a organização e funcionamento de um modelo que possa coordenar controlar e gerir o processo de planejamento regional. Esse sistema ocupa-se da execução e concretização dos projetos setoriais regionais prioritários, com base na matriz FOFA (PED, 2017, p.352). Os responsáveis pela elaboração dos projetos são representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e ONGs e reúnem-se ao longo dos anos para atualização, estruturação e reajuste dos projetos que compõem a Carteira de Projetos do COREDE VRP, a qual serve como um “guia” para fomentar as ações para o Desenvolvimento Regional.

No ano de 2018, conforme encontro realizado pelos membros do Conselho, os projetos estratégicos para o desenvolvimento da região foram atualizados, tentando estabelecer uma aproximação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A figura 3 que segue mostra que, dentro de cada um dos comitês setoriais, existem projetos que buscam “solucionar” os problemas apresentados na matriz FOFA.

No campo institucional, as estratégias versam sobre capacitação dos gestores públicos, ampliação de um sistema de informações sobre a região e ampliação das parcerias institucionais. No setor sociocultural busca-se a melhoria na prestação dos equipamentos e serviços públicos para melhoria da qualidade de vida da população. Nesse



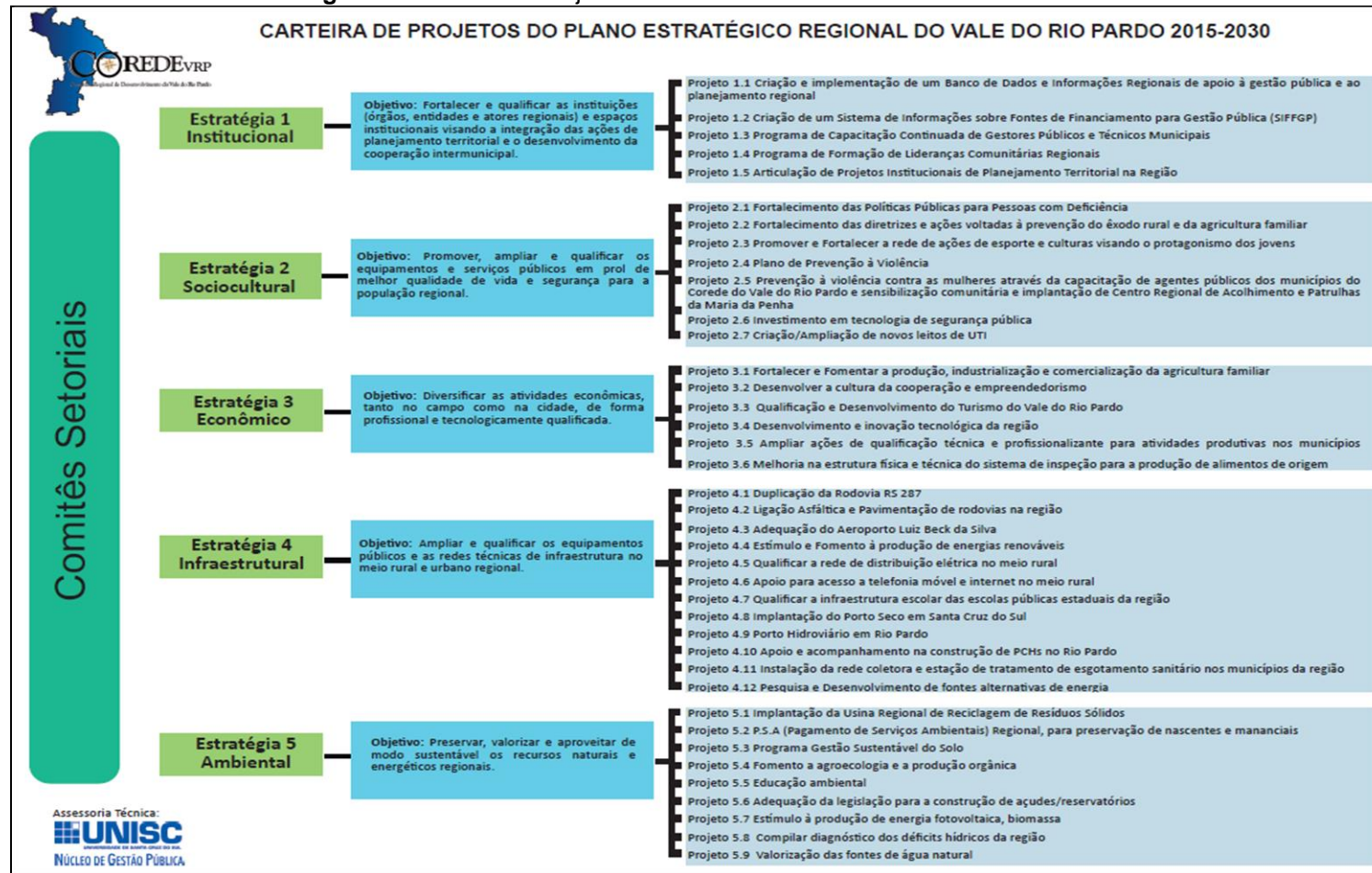
setor observou-se a prevalência de três projetos na área da segurança, a fim de qualificar as ações contra violência, violência contra mulher – implementação do Centro Regional de Acolhimento e Patrulhas Maria da Penha – e os equipamentos de segurança.

A terceira estratégia para desenvolvimento é a econômica, que se baseia principalmente na diversificação da matriz produtiva da região, tanto no setor agrícola quanto no industrial. Os seis projetos elencados como prioritários seriam estratégias interessantes para ampliar as liberdades instrumentais como “facilidades econômicas” e “oportunidades sociais” (SEN, 2008, 2010), uma vez que respondem às fraquezas quanto ao empreendedorismo e a ampliação do capital humano para região.

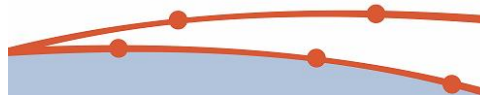
A estratégia 5 – ambiental – objetiva preservar, valorizar e aproveitar os recursos naturais e energéticos do VRP, destacando projetos que versam sobre a relação rural-ambiental e rural-urbano, tais como educação ambiental, pagamento de serviços ambientais para preservação de nascentes, gestão sustentável do solo, valorização das fontes hídricas, fomento à agroecologia, etc. Nota-se que a dimensão ambiental conecta-se com todas as demais estratégias e não pode ser entendida como um obstáculo ao desenvolvimento. Por fim, a questão de infraestrutura fora discutida na análise da matriz FOFA, mas é elemento fundamental na promoção do desenvolvimento. Infraestrutura foi apontada como uma das principais fraquezas e ameaças para o VRP, o que se refletiu na elaboração de doze projetos, os quais vão desde a duplicação da rodovia estadual que liga a região à capital até apoio à pesquisa e implantação de fontes alternativas de energia.

Destes projetos da Carteira, são elencados os que compõem a cédula de votação da Consulta Popular (CP) e que, no ano seguinte, receberão recursos para execução a partir da escolha da população. Trata-se de um processo complexo de tomada de decisão ainda nas assembleias municipais, depois nas regionais até a escolha final dos projetos que entram na cédula de votação da CP.

Figura 3: Carteira de Projetos do PED do Vale do Rio Pardo – atualizado



Fonte: COREDE - VRP



De acordo com Allebrandt et al. (2011), a Consulta Popular é um processo de participação semirrestrita e, ao mesmo tempo, é um espaço de democracia representativa e participativa. Por toda esta complexidade e pela baixa participação da população, seja nas primeiras etapas (assembleias), seja na votação anual, entende-se a CP como ponto-chave de discussão acerca da promoção do desenvolvimento regional a partir de processos *bottom-up* de políticas públicas, o qual pode garantir efetividade das mesmas, mesmo com baixa participação. O quadro 3 que segue demonstra a demanda da população do Vale do Rio Pardo em relação à alocação de recursos da CP.

Quadro 3: Projetos eleitos como prioritários nas votações da Consulta Popular do COREDE VRP 2016 – 2018

Setor da Estratégia de Desenvolvimento	ANO DA CONSULTA POPULAR		
	2016	2017	2018
Institucional	Nenhum projeto	Nenhum projeto	Nenhum projeto
Infraestrutura	Nenhum projeto	Nenhum projeto	Nenhum projeto
Sociocultural	Nenhum projeto	Saúde a) Criação e ampliação de novos leitos de UTI nos hospitais da região; Segurança Pública a) Investimento em tecnologia de Segurança Pública	Saúde a) Ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS. b) Saúde da Família: Aquisição de veículos; Segurança Pública a) Vídeo-monitoramento e cercamento eletrônico; b) Reaparelhamento dos Órgãos da Segurança.
Ambiental	Agricultura e Meio Ambiente a) Correção, recuperação e manutenção do solo.	Agricultura e Meio Ambiente a) Programa gestão sustentável do solo	Nenhum projeto
Econômico	Desenvolvimento Rural a) Apoio ao desenvolvimento da produção leiteira e da pecuária familiar. b) Apoio à agroindústria familiar; Ciência e Tecnologia: Arranjos Produtivos Locais	Desenvolvimento Rural a) Prevenção do êxodo rural na agricultura familiar	Desenvolvimento Rural a) Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar

Fonte: Documentos disponibilizados no sítio do COREDE-VRP

A despeito da discussão existente entre os membros do Conselho sobre as prioridades de alocação dos recursos advindo pela Consulta Popular, a perspectiva teórica



com base em Sen (2010), Boisier (2000), Becker (2000), Siedenberg (2006), e demais autores, apontam a necessidade de entender o desenvolvimento regional como multidimensional, considerando as demandas da população em detrimento das percepções mais macrossociais dos próprios *policy makers*.

As proposições conceituais desses autores permitem entender porque os projetos estratégicos ligados ao setor de saúde, de segurança e de educação, mesmo sendo setores que possuem recursos de obrigatoriedade constitucional do Estado são elencados como fundamentais para o desenvolvimento regional. Pela a capacidade de agência, como enfatizado por Amartya Sen (2010), os indivíduos buscam ampliar as liberdades que são mais vulneráveis para sua qualidade de vida e que não necessariamente estão associadas ao progresso econômico.

6. Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar as estratégias de desenvolvimento regional do vale do Rio Pardo a partir das ações realizadas pelo COREDE. Tais ações pautam-se na percepção das fraquezas e forças, ameaças e oportunidades da região e que compõem o documento maior denominado Plano Estratégico de Desenvolvimento. De acordo com o PED (2017) e a abordagem teórico-metodológica aqui utilizada, pode-se afirmar que as estratégias do Vale do Rio Pardo aproximam-se da ideia de expansão das liberdades instrumentais de Amartya Sen, as quais se apresentam como o principal meio e fim do desenvolvimento.

A ausência de liberdades relaciona-se com a vulnerabilidade econômica, por um lado, mas também com a privação no acesso aos serviços públicos essenciais para sobrevivência, como saúde, segurança e educação. Nesse sentido, justifica-se a escolha da população por projetos que melhorem esses serviços, uma vez que ter uma vida saudável, conhecimento e garantias de segurança podem ampliar as facilidades econômicas, as oportunidades sociais e as liberdades políticas da população.

Assim, verifica-se que as estratégias *bottom-up* mediadas por processos de interface social, representadas pelas ações realizadas a partir de Coredes, podem ampliar o exercício da cidadania pela manifestação da condição de agente ativo, expandindo o papel instrumental das liberdades e quiçá promovendo o desenvolvimento regional.



7. Referências Bibliográficas

- ALLEBRANDT, S. L. et. Al. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, nº 3, artigo 11, Rio de Janeiro, Set. 2011, p.914–945.
- BECKER, D. F. Necessidades e Finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (Org.). **Desenvolvimento Local-Regional: determinantes e desafios contemporâneos**. V. 01. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. pp. 129-150.
- BOISIER, Sérgio. Desarrollo (Local): De qué estamos hablando? In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (Org.). **Desenvolvimento Local-Regional: determinantes e desafios contemporâneos**. V. 01. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. pp. 151-185.
- CARGNIN, A.P. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul: Vestígios, Marcas e Repercussões Territoriais**. 1ª Ed. Brasília – DF. Ministério da Integração Nacional, 2014.
- DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.
- DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- FERNÁNDEZ, Victor R.; AMIN, Ash; VIGIL, José I. (comp.). **Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latino-americana**. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008, p. 101-120.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico** (Idese). Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/> Acesso em abril de 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). As Liberdade Humanas como Bases do Desenvolvimento: uma análise conceitual da Abordagem das Capacidades Humanas de Amartya Sen. **Texto para discussão 1794**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2012
- MIGUEL, Andrés E.; TORRES, Julio C.; CRUZ, Pedro Maldonado; e JIMÉNEZ, Néstor Solís. **Un maravilloso recorrido con la ciencia regional**. Instituto Tecnológico de Oaxaca, México. EUMED-NET. 2013. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2013/1285/1285.pdf>
- PÉREZ, Javier Esparcia. Desarrollo Regional. In: LÓPEZ TRIGAL, (Diretor). **Diccionario de geografía aplicada y profesional: terminología de análisis, planificación y gestión del territorio**. León: Universidad de León, 2015, pp.168-170
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). **Plano Estratégico Participativo – COREDE Vale do Rio Pardo**. 2017. Coordenação: Heitor Álvaro Petry e Rogério Leandro Lima da Silveira. UNISC, 2017. Disponível em: http://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books?id_livro=455 Acessado em novembro de 2017.
- _____. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). **Perfis, Estratégias e Planos para as Regiões (I) – Rumos 2015**. 2006. Disponível em:



<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201601/12104458-rumosvol2-red.pdf>.

Acessado em novembro de 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIEDENBERG, Dieter R. Desenvolvimento Regional. In: Siedenberg, D. (Org.) *Dicionário de Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. pp. 71-72.

SILVEIRA, Rogério L. L. da. Território, rede e desenvolvimento regional – Notas para discussão. In: *Território, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios*. (Org.) SILVEIRA, R.L.L. e FELIPPI A.C.T. Florianópolis: Ed. Insular, 2018. Pp.231-252.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 60-85, mar. 2017. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486/1112>. Acesso em abril de 2019.